



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0004109-18.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **BRUNA FRANCIELLE ZANQUETA DUARTE PEREIRA**
 Requerido: **Qbex Computadores e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor almeja à condenação da ré em restituir-lhe o valor pago por um aparelho celular que adquiriu e que, após apresentar vício, não retornou da assistência técnica.

A preliminar de ilegitimidade ad causam suscitada em contestação pela corré ré não merece acolhimento.

Isso porque tal legitimidade encontra amparo no art. 18 do CDC, o qual dispõe sobre a solidariedade entre todos os participantes da cadeia de produção (ressalvo que a espécie vertente tem maior ligação com o vício do produto, pelo que não se aplicam as regras dos arts. 12 e 13 do mesmo diploma legal, voltadas a situações de defeito), pouco importando a identificação do fabricante.

Oportuno trazer à colação o magistério de **RIZZATTO NUNES** sobre o assunto:

“O termo fornecedor, conforme já explicitado no comentário ao art. 3º, é o gênero daqueles que desenvolvem atividades no mercado de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

consumo. Assim, toda vez que o CDC refere-se a 'fornecedor' está envolvendo todos os participantes que desenvolvem atividades sem qualquer distinção. E esses fornecedores, diz a norma, respondem 'solidariamente'. (Aliás, lembre-se: essa é a regra da responsabilidade do CDC, conforme já demonstrado). Dessa maneira, a norma do caput do art. 18 coloca todos os partícipes do ciclo de produção como responsáveis diretos pelo vício, de forma que o consumidor poderá escolher e acionar diretamente qualquer dos envolvidos, exigindo seus direitos" ("Comentários ao Código de Defesa do Consumidor", Ed. Saraiva, 6ª edição, p. 307).

É óbvio, como decorrência da solidariedade, que poderá o comerciante acionado para a reparação dos vícios no produto *“exercitar ação regressiva contra o fabricante, produtor ou importador, no âmbito da relação interna que se instaura após o pagamento, com vistas à recomposição do status quo ante”* (ZELMO DENARI in “Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto”, Ed. Forense, 10ª edição, págs. 222/223), de sorte que não se cogita da aplicação do art. 14, § 3º, inc. II, do mesmo diploma legal.

Ademais, não se perquire sobre o elemento culpa em situações dessa natureza, porquanto a responsabilidade do fornecedor é objetiva, consoante orientação consagrada no Código de Defesa do Consumidor.

A preliminar de ilegitimidade ativa ad causam suscitada em contestação pela primeira ré também não merece acolhimento.

A legitimidade da autora para propor a ação se dá pelo fato de não apenas o usuário direto do produto ou serviços ser titular da ação, sendo considerados os terceiros afetados de alguma forma pela relação de consumo como consumidores, de forma equiparada.

O caso retrata uma relação de consumo, sendo aplicáveis a ele os dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor – CDC), em especial o art. 14, que prevê a responsabilidade objetiva do fornecedor de serviços, bem como aliado ao fato do documento de fl. 02 indicar a autora do titular da compra do produto tratado nos autos.

Rejeito também a prejudicial arguida pela primeira ré.

No mérito o documento de fl. 02 demonstra a aquisição alegada pela autora, ao passo que o documento de fl. 04 patenteia o envio do mesmo à ré.

Fica evidente o transcurso do prazo de trinta dias que havia para a reparação do objeto sem que isso tivesse sucedido.

A infringência à regra temporal estabelecida no art. 18, § 1º, do CDC, transparece incontroversa.

O contrário, tocava às rés a demonstração a

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

propósito, por força do que dispõe o art. 373, inc. II, do Código de Processo Civil, mas elas não se desincumbiram desse ônus.

Dessa forma, conclusão é a de que a pretensão deduzida prospera, configurada a responsabilidade da ré na esteira do art. 18, § 1º, incs. I e II, do Código de Defesa do Consumidor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar as rés pagarem à autora a quantia de R\$ 249,00, acrescida de correção monetária, a partir de outubro de 2016 (época da realização da compra), e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 14 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**